



COORDENAÇÃO ESCOLAR E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE INCLUSÃO HUMANIZADA

Ulysses de Araujo Lima¹

Winston Luiz Ramos de Farias²

RESUMO

Este artigo analisa o papel estratégico da coordenação escolar na promoção de uma inclusão humanizada e eficaz para alunos com deficiência, destacando sua relevância no contexto da educação inclusiva. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em uma revisão bibliográfica aprofundada e análise de práticas inclusivas, para explorar como a coordenação escolar pode atuar como mediadora e catalisadora de mudanças que não apenas favoreçam, mas maximizem o potencial de inclusão desses alunos. Sob uma perspectiva integradora, o estudo aborda três dimensões fundamentais: formação continuada de professores, adaptação curricular e mobilização da comunidade escolar. A formação continuada de professores é apresentada como uma estratégia indispensável para o sucesso da educação inclusiva. A capacitação regular de educadores é crucial para prepará-los a lidar com a diversidade presente na sala de aula e a implementar práticas pedagógicas inclusivas de maneira eficaz. Além disso, o uso de tecnologias assistivas, como ferramentas e recursos digitais que facilitam o aprendizado de alunos com deficiência, emerge como um dos principais temas abordados pela coordenação escolar. Essas tecnologias ampliam a autonomia e o engajamento dos estudantes, ao mesmo tempo em que promovem um aprendizado significativo. Segundo estudos recentes, o apoio constante da coordenação escolar na utilização de tais tecnologias é essencial para superar barreiras de acessibilidade e garantir o sucesso educacional de todos os alunos. Outro ponto central é a adaptação curricular, que desempenha um papel fundamental ao garantir que os alunos com deficiência tenham acesso ao conhecimento de forma equitativa e respeitando suas particularidades. A coordenação escolar, neste contexto, atua como facilitadora, orientando professores na flexibilização de conteúdos, metodologias e estratégias avaliativas, permitindo que o currículo se adapte às necessidades específicas de cada aluno. Essa abordagem contribui para a criação de um ambiente educacional mais inclusivo e acessível. Por fim, o artigo enfatiza a importância da participação ativa da comunidade escolar no processo de inclusão. A articulação entre a escola, as famílias e outros membros da comunidade é vista como essencial para promover um ambiente acolhedor e de cooperação. A coordenação escolar desempenha um papel crucial como articuladora desse diálogo, fomentando a construção de uma cultura de respeito à diversidade e valorização das diferenças. Portanto, o estudo conclui que a coordenação escolar, ao integrar formação docente, adaptação curricular e mobilização comunitária, torna-se peça-chave na concretização de uma educação inclusiva e humanizada, promovendo equidade e qualidade no ensino.

Palavras-chave: Coordenação escolar, inclusão, alunos com deficiência, educação inclusiva, tecnologia assistiva.

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba - PPGE/UFPB. E-mail: ulyssespb@gmail.com

² Especialização em Ciência Política pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: winstonluiz@gmail.com



INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com deficiência é um dos maiores desafios enfrentados pelo sistema educacional contemporâneo, especialmente em um cenário que busca promover uma educação equitativa, acessível e de qualidade para todos. A necessidade de transformar as escolas em espaços verdadeiramente inclusivos vai além de atender a exigências legais; trata-se de construir uma cultura educacional que valorize a diversidade como um elemento essencial do aprendizado coletivo. Nesse contexto, a coordenação escolar emerge como uma figura central, desempenhando um papel estratégico na articulação de práticas pedagógicas e na implementação de políticas que favoreçam o acolhimento e a valorização das diferenças individuais.

A inclusão escolar, conforme destacado por Mantoan (2003), requer mudanças estruturais e culturais profundas no ambiente escolar. Essas transformações envolvem desde a eliminação de barreiras arquitetônicas que garantam a acessibilidade até a adaptação curricular para atender às necessidades específicas de cada aluno. Mais do que ajustes pontuais, essas mudanças refletem o compromisso da escola em oferecer oportunidades de aprendizagem que respeitem as singularidades de todos os estudantes. Esse processo exige um esforço articulado, no qual a coordenação escolar atua como mediadora, conectando demandas institucionais, necessidades dos alunos e a formação de professores.

A formação continuada dos docentes desempenha um papel fundamental na consolidação de práticas inclusivas. Lima (2011) destaca que capacitar professores não apenas amplia suas habilidades pedagógicas, mas também os sensibiliza para a importância de acolher a diversidade como um componente central do processo educacional. Essa formação deve incluir o domínio de tecnologias assistivas, ferramentas essenciais para promover a autonomia e a participação de alunos com deficiência, além de estratégias pedagógicas diferenciadas que ampliem as possibilidades de engajamento e aprendizado. Nesse cenário, a coordenação escolar atua como facilitadora, promovendo ambientes colaborativos que priorizem o sucesso da inclusão.

A inclusão, contudo, não é um processo limitado às salas de aula. A construção de uma escola inclusiva exige o envolvimento ativo de toda a comunidade escolar, incluindo pais, familiares, professores, funcionários e os próprios estudantes. Garcia (2009) ressalta que a participação coletiva na avaliação e implementação de práticas inclusivas fortalece a criação de uma escola democrática, onde as diferenças são percebidas como uma riqueza e não como um obstáculo. Quando a comunidade escolar atua de forma integrada, cria-se um ambiente que acolhe e valoriza cada indivíduo, independentemente de suas condições.

Este artigo tem como objetivo investigar as estratégias que podem ser adotadas pela coordenação escolar para assegurar a efetivação de uma educação inclusiva e humanizada. Para alcançar esse propósito, foi conduzida uma pesquisa qualitativa com base em revisão bibliográfica e análise de práticas exitosas documentadas no contexto educacional. A investigação buscou compreender como a coordenação escolar pode articular políticas



públicas, capacitação docente e engajamento comunitário para promover uma educação que respeite as diferenças e ofereça oportunidades reais de desenvolvimento e aprendizado.

Os resultados obtidos indicam que a coordenação escolar desempenha um papel fundamental como agente de transformação. Por meio da articulação de estratégias pedagógicas, do incentivo à formação continuada de professores e do engajamento da comunidade escolar, é possível construir uma cultura educacional mais inclusiva e equitativa. As discussões apresentadas revelam que o sucesso da inclusão depende de uma abordagem integrada, que reconheça as potencialidades de cada aluno e rompa com práticas excludentes.

Conclui-se que a inclusão escolar não é apenas uma meta institucional, mas um compromisso ético e social que envolve todos os atores do processo educacional. A atuação da coordenação escolar é determinante para transformar desafios em oportunidades, garantindo que a escola se torne um espaço democrático e acolhedor, capaz de preparar os alunos para uma sociedade mais justa e inclusiva. Este trabalho reforça a importância de estratégias inovadoras e colaborativas que reconheçam a diversidade como um valor essencial para o aprendizado e o desenvolvimento humano.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva configura-se como um tema de grande relevância no campo acadêmico e político, especialmente devido à crescente ampliação de legislações e políticas públicas voltadas à integração de alunos com deficiência nas escolas regulares. Fundamentada em princípios de equidade e respeito à diversidade, a educação inclusiva encontra suas bases em documentos de referência como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Esse marco global estabeleceu diretrizes que destacam o direito de todas as crianças aprenderem juntas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou linguísticas, e influenciou significativamente a formulação de políticas públicas em diferentes países, incluindo o Brasil. Esse compromisso com a inclusão reflete a busca por um modelo educacional que valorize as singularidades e promova a participação de todos os alunos no processo de aprendizagem.

No âmbito escolar, a coordenação pedagógica desempenha um papel central na construção de ambientes inclusivos. Autores como Libâneo (2012) e Gadotti (2018) enfatizam que a atuação do coordenador escolar vai além da gestão administrativa, envolvendo diretamente o planejamento pedagógico e a mediação de práticas inclusivas. Para Libâneo (2012), a coordenação pedagógica é essencial para assegurar a equidade no ambiente escolar, garantindo que os professores recebam formação continuada e apoio técnico-pedagógico para lidar com a diversidade presente nas salas de aula. Gadotti (2018) amplia essa visão ao destacar que a efetivação da inclusão exige uma articulação integrada entre diferentes setores da escola e o envolvimento ativo da comunidade escolar, de modo a superar barreiras atitudinais e operacionais que perpetuam práticas de exclusão.



A formação continuada de professores desponta como um dos alicerces mais importantes da educação inclusiva. Segundo Pletsch e Glat (2020), capacitar os docentes é imprescindível para que compreendam as necessidades específicas de seus alunos e sejam capazes de adotar estratégias pedagógicas que promovam a inclusão. Esses autores ressaltam que a formação deve incluir o domínio de tecnologias assistivas, ferramentas que, conforme Bersch (2017), ampliam as possibilidades de aprendizado ao oferecer suporte às limitações dos alunos com deficiência. Além de auxiliar na superação de barreiras físicas e comunicacionais, as tecnologias assistivas promovem maior autonomia e engajamento, potencializando o processo educacional de forma significativa.

Outro elemento central na discussão teórica sobre inclusão é a adaptação curricular. Lopes e Silva (2021) argumentam que adaptar o currículo não significa apenas modificar conteúdos, mas também flexibilizar métodos de ensino e estratégias avaliativas, respeitando o ritmo e as particularidades de cada aluno. Essa abordagem requer uma coordenação ativa por parte do coordenador pedagógico, que deve promover discussões e oferecer orientações práticas para que os professores desenvolvam práticas pedagógicas inclusivas, alinhadas aos princípios e diretrizes da educação inclusiva.

O referencial teórico também destaca a importância da participação da comunidade escolar como elemento crucial para o sucesso da inclusão. Carvalho (2019) defende que o envolvimento de pais, familiares e outros atores da comunidade escolar é essencial para consolidar uma cultura de acolhimento e respeito às diferenças. O coordenador pedagógico, nesse contexto, exerce a função de articulador, promovendo um diálogo contínuo entre a escola e a comunidade, a fim de fortalecer vínculos e construir um ambiente de colaboração e compreensão mútua.

Os estudos de Mantoan (2003) reforçam que a inclusão escolar exige uma mudança cultural ampla e estruturada. Para a autora, essa transformação demanda uma abordagem coletiva e integrada, que envolva não apenas práticas pedagógicas, mas também a revisão de valores e atitudes no contexto escolar. A coordenação pedagógica, nesse cenário, emerge como uma figura central, responsável por liderar e promover ações que valorizem a diversidade e combatam preconceitos. A escola, portanto, deve ser transformada em um espaço verdadeiramente democrático, onde as diferenças são respeitadas e celebradas como parte integrante do processo educativo.

Esse referencial teórico fornece uma base sólida para analisar o papel da coordenação escolar na promoção de uma inclusão humanizada e efetiva. A atuação da coordenação pedagógica abrange a integração de estratégias pedagógicas inovadoras, a formação contínua de professores, a adaptação curricular e a articulação com a comunidade escolar, com o objetivo de construir uma escola equitativa e capaz de oferecer oportunidades significativas de aprendizado para todos os alunos.

METODOLOGIA



A metodologia desempenha um papel essencial no desenvolvimento de uma pesquisa científica, estruturando e organizando as etapas necessárias para responder de maneira fundamentada às questões propostas. Conforme apontado por Gil (2017), a pesquisa exige um processo sistemático que reflete o compromisso do pesquisador com o rigor científico, a curiosidade intelectual e o desejo de expandir ou aprofundar o conhecimento existente.

O sucesso da condução de uma pesquisa depende da definição clara de critérios metodológicos que norteiem as etapas investigativas e garantam a coerência do percurso adotado. Esses critérios abrangem aspectos como a finalidade dos resultados, que podem ser voltados para a produção de conhecimento puro ou aplicado; a abordagem metodológica, que pode ser qualitativa, quantitativa ou mista; os objetivos da investigação, que podem ser exploratórios, descritivos, explicativos ou intervencionistas; e os meios empregados, que incluem revisão bibliográfica, estudo de caso, pesquisa-ação, experimentação, investigação *ex post facto* e *survey*.

Neste estudo, a pesquisa adota um delineamento de caráter puro, voltado para a produção de conhecimento teórico que possa ser aplicado em situações práticas futuras ou que sirva como base para novas reflexões. A hipótese central parte do pressuposto de que os discursos analisados não são neutros, mas carregam significados contextuais que dependem diretamente da situação em que se inserem. Essa premissa norteia todas as etapas metodológicas da investigação.

Para atingir os objetivos propostos, foi seguida uma estratégia metodológica estruturada em etapas distintas. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica ampla e sistemática. Essa etapa consistiu em identificar, selecionar e analisar a literatura relevante para fundamentar teoricamente o estudo. Foram consultados livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos institucionais que abordam temas relacionados à gestão escolar inclusiva, políticas públicas educacionais e práticas pedagógicas inclusivas. A revisão bibliográfica permitiu compreender o estado da arte sobre o tema e identificar lacunas no conhecimento que justificam a realização desta pesquisa.

Na sequência, foi conduzida uma análise qualitativa de dados, com o objetivo de interpretar documentos oficiais, legislações e políticas públicas que orientam a inclusão de pessoas com deficiência no contexto educacional. Essa análise baseou-se em uma leitura crítica e reflexiva dos textos, buscando evidenciar os avanços, desafios e contradições presentes nas normativas e práticas relacionadas à gestão escolar inclusiva. A abordagem qualitativa mostrou-se adequada para captar as nuances e complexidades do objeto de estudo, priorizando a interpretação dos significados implícitos nos documentos analisados.

Paralelamente, foi realizada uma investigação de boas práticas em gestão escolar inclusiva. Essa etapa envolveu a análise de relatos, estudos de caso e experiências exitosas documentadas em diferentes contextos educacionais. O objetivo foi identificar estratégias eficazes que possam ser adaptadas e implementadas em outras realidades escolares. Essa etapa destacou a importância da coordenação pedagógica como mediadora de ações inclusivas e como articuladora entre a equipe escolar, os estudantes e a comunidade.

O método qualitativo foi escolhido devido à sua capacidade de explorar aspectos subjetivos e contextuais, permitindo que os fenômenos investigados fossem compreendidos



em profundidade. A análise qualitativa possibilitou a formulação de interpretações fundamentadas e alinhadas aos objetivos da pesquisa, fornecendo respostas consistentes e *insights* relevantes.

A metodologia adotada integra uma perspectiva crítica e reflexiva, com o intuito de contribuir para o avanço do conhecimento sobre gestão escolar inclusiva. Ao examinar documentos e práticas sob uma lente crítica, o estudo busca evidenciar tanto as potencialidades quanto às limitações do contexto analisado, oferecendo subsídios teóricos e práticos para o aprimoramento de políticas públicas e estratégias educacionais.

O detalhamento do percurso metodológico assegura a transparência e a credibilidade do estudo, permitindo que futuras investigações se inspirem ou reproduzam suas etapas. Dessa forma, espera-se que as contribuições geradas impactem positivamente tanto o debate acadêmico quanto a implementação de práticas mais eficazes e justas no campo da educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coordenação escolar desempenha um papel essencial na organização, orientação e supervisão das atividades pedagógicas e administrativas nas instituições de ensino. Segundo Lima (2011), essa função requer a atuação como mediadora entre a equipe docente, os alunos e a comunidade escolar, assegurando que as políticas educacionais sejam implementadas de forma eficaz. No contexto da inclusão escolar, essa função torna-se ainda mais desafiadora, pois demanda garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade.

A transição para uma educação inclusiva exige a superação de diversos desafios, como resistências culturais, falta de recursos e formação inadequada de professores. De acordo com Mantoan (2003, p. 35), “a inclusão escolar é um processo que envolve mudanças profundas na estrutura e na cultura das escolas”. Nessa perspectiva, a coordenação pedagógica assume a responsabilidade de promover uma cultura inclusiva na instituição, preparando-se para enfrentar esses desafios. Por exemplo, a realização de oficinas de sensibilização com toda a comunidade escolar tem se mostrado uma prática eficiente para reduzir preconceitos e promover um ambiente mais acolhedor.

A coordenação pedagógica exerce um papel fundamental no suporte à formação continuada de professores, especialmente no âmbito da educação inclusiva. A inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares requer adaptação dos métodos de ensino e desenvolvimento de competências específicas pelos educadores. Nesse cenário, a coordenação pedagógica assegura que os professores estejam preparados para enfrentar os desafios da inclusão, promovendo um ambiente educacional acolhedor e equitativo. Santos e Mantoan (2015, p. 78) reforçam que “a formação continuada dos professores em educação inclusiva fortalece o compromisso das escolas com a inclusão e melhora a qualidade do ensino oferecido aos alunos com deficiência”.



Os programas de formação continuada são essenciais para o desenvolvimento das competências necessárias ao enfrentamento da diversidade em sala de aula. Conforme Garcia (2009, p. 45), “a formação continuada de professores deve ser entendida como um processo dinâmico e contínuo, que envolve a aquisição de novos conhecimentos, habilidades e atitudes”. Nesse contexto, a coordenação pedagógica, ao identificar necessidades formativas e organizar programas de capacitação, pode adotar práticas como grupos de estudos regulares e a troca de experiências em ciclos de palestras temáticas.

A coordenação escolar deve promover o acesso dos professores a cursos de capacitação em educação inclusiva, assegurando que esses contemplem conteúdos relevantes e práticas eficazes. Tais programas não apenas atualizam os docentes sobre as melhores técnicas para atender alunos com deficiência, mas também os capacitam a adaptar currículos, utilizar tecnologias assistivas e implementar metodologias diferenciadas. Por exemplo, cursos que ensinam o uso de *softwares* de acessibilidade, como leitores de tela, são fundamentais para garantir o acesso de alunos com deficiência visual a conteúdos educativos. Segundo Freire e Araújo (2013), a formação continuada possibilita aos professores a atualização de seus conhecimentos e o desenvolvimento de novas competências, fundamentais para lidar com as demandas contemporâneas da educação inclusiva.

Além disso, os programas de qualificação também impactam positivamente a motivação e a autoconfiança dos professores, aspectos essenciais para a eficácia do processo de ensino-aprendizagem. Para Nóvoa (2009), esses programas devem ser planejados de maneira participativa, envolvendo professores no processo de decisão, o que aumenta o senso de pertencimento e responsabilidade dos educadores. Um exemplo bem-sucedido pode ser observado em projetos que envolvem os docentes na elaboração de materiais pedagógicos adaptados para suas turmas.

A avaliação constante dos programas de formação continuada é indispensável para garantir sua eficácia e promover melhorias. Segundo Schön (2000), a reflexão crítica sobre a prática é um componente vital da formação continuada, permitindo que os professores reajustem suas estratégias de ensino. O monitoramento deve incluir ferramentas como questionários, entrevistas e observações em sala de aula, além de considerar o *feedback* dos professores e o impacto das ações formativas na prática pedagógica. Um exemplo prático seria o uso de diários reflexivos pelos professores para registrar suas experiências e desafios ao longo do processo.

A coordenação pedagógica também tem a responsabilidade de fomentar uma cultura de reflexão entre os professores, promovendo espaços para discussão e compartilhamento de experiências. Conforme Perrenoud (2002), a reflexão coletiva sobre a prática pedagógica é uma das formas mais eficazes de desenvolvimento profissional, pois permite a construção colaborativa de conhecimento. Oficinas de resolução de problemas, onde os professores analisam situações reais e propõem soluções conjuntas, exemplificam essa prática.

A formação continuada de professores tem impacto significativo na qualidade da educação inclusiva. Professores bem preparados são mais aptos a adaptar práticas pedagógicas para atender às necessidades dos alunos com deficiência, criando um ambiente de aprendizagem acolhedor e equitativo. Segundo Santos (2015), professores capacitados



implementam estratégias pedagógicas que promovem o desenvolvimento cognitivo e acadêmico dos alunos com deficiência. Um exemplo é a utilização de jogos educativos adaptados que possibilitam a inclusão de alunos com deficiências físicas ou intelectuais.

Além dos aspectos pedagógicos, a formação também fortalece a cultura inclusiva nas escolas, abordando temas como preconceito, estigmatização e respeito à diversidade. Silva e Santos (2014) destacam que a formação continuada deve promover uma cultura de respeito e valorização da diversidade, essencial para a inclusão efetiva. Uma prática eficaz nesse sentido é a implementação de seminários temáticos abertos à comunidade escolar, que abordam questões de diversidade e inclusão.

A coordenação pedagógica ocupa uma posição central na implementação e avaliação das práticas inclusivas nas escolas. Por meio da identificação das necessidades formativas, organização de programas de capacitação e promoção de uma cultura de reflexão, a coordenação contribui significativamente para a criação de um ambiente educacional mais equitativo e inclusivo. Os resultados desses esforços impactam não apenas no desempenho acadêmico dos alunos com deficiência, mas também no fortalecimento do compromisso coletivo da comunidade escolar com a inclusão e a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coordenação pedagógica tem se consolidado como um elemento central na efetivação da educação inclusiva, destacando-se pela mediação entre as demandas do ambiente escolar e a necessidade de promover uma aprendizagem equitativa e acolhedora para todos os alunos. Este estudo evidenciou que o papel da coordenação vai muito além da gestão administrativa, sendo fundamental na articulação de estratégias pedagógicas, na formação continuada de professores e no fortalecimento de uma cultura escolar que valorize a diversidade e respeite as diferenças individuais.

A inclusão escolar de alunos com deficiência não é uma tarefa simples e requer esforços contínuos para superar barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais. Nesse contexto, a formação continuada dos professores emerge como uma estratégia essencial. A coordenação pedagógica, ao identificar as lacunas formativas dos docentes, tem a oportunidade de planejar e implementar ações direcionadas, promovendo o desenvolvimento de competências específicas, como o uso de tecnologias assistivas, a adaptação curricular e a abordagem de metodologias inclusivas. Essas práticas não apenas aprimoram o desempenho dos professores, mas também têm impacto direto na qualidade da educação oferecida aos alunos, garantindo que suas necessidades sejam respeitadas e atendidas.

Além do aspecto técnico, o papel da coordenação pedagógica na promoção da inclusão perpassa o fortalecimento de uma cultura escolar inclusiva. Isso envolve o incentivo à reflexão crítica dos professores sobre suas práticas, a promoção de um diálogo aberto com as famílias e a comunidade escolar, e a implementação de estratégias que reduzam preconceitos



e estigmas. Como visto neste trabalho, o envolvimento ativo de todos os atores da comunidade escolar é crucial para consolidar um ambiente educacional que seja, ao mesmo tempo, democrático e acolhedor.

Outro ponto crucial é o monitoramento e a avaliação das práticas inclusivas. A coordenação pedagógica desempenha um papel determinante ao acompanhar a eficácia das estratégias adotadas, identificar pontos de melhoria e ajustar as ações conforme necessário. Essa avaliação contínua não apenas assegura a qualidade das iniciativas, mas também promove uma cultura de inovação e aprimoramento constante, beneficiando toda a comunidade escolar.

Portanto, conclui-se que investir na coordenação pedagógica é investir na construção de um ambiente educacional mais justo e humanizado. A coordenação, ao atuar como agente de transformação, tem a capacidade de catalisar mudanças profundas na estrutura e na cultura escolar, promovendo a inclusão como uma prática cotidiana e não como uma exceção. Nesse sentido, torna-se essencial que políticas públicas e iniciativas institucionais valorizem e fortaleçam o papel da coordenação pedagógica, reconhecendo-a como um dos pilares da educação inclusiva. A partir dessas reflexões, espera-se que este trabalho contribua para ampliar o debate sobre a relevância da coordenação pedagógica e inspire novas práticas e pesquisas voltadas à promoção da inclusão educacional.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita. **Tecnologia assistiva: produtos e recursos de baixa e alta tecnologia**. 4. ed. São Paulo: Editora Assistiva, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, Rosana. **Inclusão escolar e comunidade: desafios e possibilidades**. São Paulo: Cortez, 2019.

COLLINS, B. C.; TOWNSEND, M. A. Adapting curriculum for students with disabilities. **Intervention in School and Clinic**, v. 38, n. 5, p. 273-279, 2003.

FARIA, L. I. L.; BRAGA, S. M. P.; MORAES, M. C. F. Tecnologia assistiva na educação inclusiva: a experiência da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 2, p. 213-226, 2015.

FONSECA, M. V.; SILVA, A. L. M. Implementação de políticas educacionais: análise da inclusão escolar na perspectiva da gestão educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, n. 73, p. 73-94, 2018.



FONSECA, M. V.; SANTOS, D. N. dos. Parceria escola-família-comunidade: um caminho para a gestão democrática e inclusiva. **Revista de Educação Pública**, v. 27, n. 65, p. 265-282, 2018.

FREIRE, C. L. M.; ARAÚJO, A. J. G. A gestão democrática na escola inclusiva. **Revista Educação em Questão**, v. 47, n. 36, p. 55-74, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

GADOTTI, Moacir. **Educação e inclusão: caminhos para uma escola democrática**. 3. ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2018.

GARCIA, C. M. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

LIMA, L. C. **Coordenação pedagógica e formação de professores: as dimensões da práxis**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Ana; SILVA, Mariana. **Adaptação curricular e inclusão: práticas pedagógicas na escola regular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2013.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, A. (Org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 2009.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PLETSCH, Márcia Duarte; GLAT, Rosana. **Educação inclusiva e formação de professores: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.



SANTOS, M. C. Formação de professores para a inclusão escolar: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 2, p. 213-226, 2015.

SANTOS, M. C.; MANTOAN, M. T. E. Gestão escolar e inclusão: o papel do gestor na construção de uma escola para todos. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 1, p. 25-39, 2015.

SCHÖN, D. A. **Educating the reflective practitioner**. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

SILVA, A. M.; SANTOS, D. Inclusão escolar e formação continuada de professores. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 2, p. 385-402, 2014.

SOUZA, M. T. **Avaliação da educação inclusiva: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.